

**PROCESSO Nº:** 2022-PR-0085-FE  
**EDITAL DE PREGÃO Nº:** 085/2022 – FE  
**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO – SRP  
**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Indústria de Material Bélico do Brasil, por intermédio da Filial Fábrica da Estrela (IMBEL/FE), que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelas **Portarias Executivas nº 003/DVRH/2022-FE-IMBEL, de 05/01/2022**, para realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, conforme diretriz dada pelo Inciso IV do Artigo 32 bem como parágrafo único do mesmo artigo da Lei 13.303/2016, instituído pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na forma **ELETRÔNICA**, regulamentada pelo Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019, **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - SRP**, Regulamentado pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** obedecendo ao Sistema Unificado de Fornecedores – SICAF, regulamentado pelo Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto 4.485/2002, e ainda aplicável a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Artigos 42 a 49), regulamentada pelo Decreto 8.538/2015 que estabelece o Tratamento diferenciado e Simplificado das Microempresas – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, regulamento de licitações e contratos da IMBEL, aprovado pela Resolução nº 06/2018 – CA –IMBEL de 22 de maio de 2018 e as exigências estabelecidas neste Edital. e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 1. DO OBJETO

**1.1** Constitui objeto da presente licitação a futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a emissão de apólice para os **GUARDAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAIS** da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL (**FABRICA ESTRELA**), conforme as condições definidas no presente edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito, que deverão ser ofertados de acordo com as especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência – Anexo “A”- parte integrante deste Edital.

## 2. DA ABERTURA

A abertura dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

**DATA DA ABERTURA:** 06 de DEZEMBRO de 2022  
**HORA:** 10 h 00 (Horário de Brasília)  
**LOCAL:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

### 3. DA LICITAÇÃO

**3.1.** O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos serão disponibilizados gratuitamente no site [www.imbel.gov.br](http://www.imbel.gov.br), no link editais, no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal, e respectivo resumo no Diário Oficial da União;

**3.2.** Todas as transações comerciais da licitação ocorrerão e serão registradas em meio eletrônico pelo portal <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

**3.3.** É de responsabilidade do Proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este Edital, que serão disponibilizados no site [www.imbel.gov.br](http://www.imbel.gov.br), no link editais e no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal, sendo de extrema importância o prévio acesso aos referidos endereços eletrônicos antes da apresentação da proposta;

**3.4.** As empresas licitantes disponibilizarão preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e a contratações serão feitas quando melhor convier aos órgãos, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os prestadores vencedores do Certame;

**3.5.** A Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, prestadores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

### 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.1-** As despesas serão previstas na ND: 33.90.39; Gestão 16501, PI: B1DCCRRSPES, PTRES: 109056 e UGR 168008.

### 5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**5.1-** Poderão participar deste Pregão as empresas cujas atividades sejam compatíveis com o objeto da licitação, cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos do Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto 4.485/2002, e credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do “site”: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

**5.2-** A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;

**5.3-** Como requisito para participação do Pregão na forma Eletrônica, a Licitante deverá se manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que, sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

**5.4-** A participação da Licitante credenciada no Pregão Eletrônico, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no valor global, a partir da data da liberação do Edital no

**[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**, até o horário limite de início da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

**5.5.-** As empresas interessadas deverão apresentar os documentos: previstos na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e os previstos nos Artigos 82 a 96 do Regulamento de Licitações da IMBEL, conforme Artigo 58 da Lei nº 13.303/2016;

**5.6.-** Para efetuar o pré-cadastramento na Internet as empresas interessadas deverão acessar o Sicaf no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

**5.7. -** Poderão participar deste certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital;

**5.8. -** Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela IMBEL® nos termos do Artigo 38 da Lei nº 13.303/2016 e Artigo 12 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, a empresa:

**5.8.1 -** Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da IMBEL®;

**5.8.2 -** Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, ou por qualquer município onde esteja fisicamente localizada uma das Unidades Fabris da IMBEL®, enquanto perdurarem os efeitos sancionatórios;

**5.8.3 -** Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**5.8.4 -** Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**5.8.5 -** Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**5.8.6 -** Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**5.8.7 -** Que possuir em seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

**5.8.8 -** Que se encontre sob falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação, bem como Licitante que se apresente constituída na forma de empresa em

consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

**5.8.9** - Que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

**5.8.10** - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®

**5.8.11** - Demais situações legalmente estabelecidas;

**5.8.12**- Empresas multadas que não comprovem o pagamento ou relevação da multa, bem como as que não apresentarem a certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT (lei nº 12.440/2011).

## **6. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**6.1**- O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a inoccorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo;

**6.2**- Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar;

**6.3**- A declaração acima exigida deverá ser manifestada em campo próprio do sistema como condição de participação no pregão na qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte, a fim de viabilizar a preferência e os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006;

**6.4**- A sociedade que deixar de apresentar a declaração não poderá fazê-lo posteriormente. Nesse caso, a não apresentação da declaração importará na renúncia, pelo interessado, do tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06;

**6.5**- A identificação das microempresas e das empresas de pequeno porte na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances;

**6.6**- Nos termos do art. 3º, § 4º, da Lei Complementar n.º 123/06, não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado concedido às micro e pequenas empresas, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

**6.6.1**- De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**6.6.2**- Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**6.6.3**- De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/06, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida lei;

**6.6.4-** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida lei;

**6.6.5-** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida lei;

**6.6.6-** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**6.6.7-** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**6.6.8-** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**6.6.9-** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; e

**6.6.10-** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

## **7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1-** A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União, ou seja, de prestação de serviços públicos, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no §1º do Artigo 66 da Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 7.892, de 2013;

**7.2-** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ATA de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

**7.3-** As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, no máximo ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;

**7.4-** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **8. DO CREDENCIAMENTO**

**8.1-** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico **COMPASNET** no sítio **[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**;

**8.2-** A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica,



serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico, conforme Art. 9º Decreto Nº 10.024, de 20 Setembro de 2019;

**8.3-** O credenciamento do Licitante dependerá de Registro Cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**8.4-** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Indústria de Material Bélico do Brasil – Filial Fábrica da Estrela, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**8.4.1 -** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

**8.5-** O credenciamento junto ao Provedor do Sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1-** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no Certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1-** SICAF;

**9.1.2-** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria – Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**9.1.3-** Cadastro Nacional de Condenações por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**9.1.4-** Toda documentação exigida pelo Pregoeiro deverá ser enviada para meio eletrônico informado pelo Pregoeiro, dentro do prazo por ele estipulado no CHAT do sistema COMPRASNET, após o envio do comunicado eletrônico informando o início da análise da documentação para habilitação. O licitante que não proceder o envio da documentação solicitada pelo Pregoeiro, no prazo estipulado, será inabilitado;

**9.2-** O Pregoeiro reserva-se no direito de solicitar de qualquer licitante xerox das notas fiscais correspondentes que comprovem o atestado exigido. Reserva-se, ainda, o direito de comprovação da exatidão dos dados nelas contidos junto às secretarias de Receita Federal e Estadual. Não serão considerados atestados das próprias empresas participantes do Certame, ou seja, atestar por ela mesma, que forneceu ou firmou contrato com determinadas Entidades participantes da administração direta ou indireta das três esferas da Administração Pública;

**9.3-** O licitante deverá manter durante todas as fases da licitação as condições de habilitação.

## **10. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**10.1-** O licitante deverá, de forma expressa no sistema eletrônico, apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o objeto, indicando quantidade, prazos de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e totais, sob pena de

desclassificação de sua proposta;

**10.2-** O licitante deverá observar o valor máximo especificado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação de sua proposta;

**10.3-** Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL –, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada;

**10.4-** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

**10.5-** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos;

**10.6-** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta;

**10.7-** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada;

**10.8-** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

**10.9-** O licitante participante deverá especificar o objeto ofertado **O MAIS DETALHADO** possível, de maneira a permitir que a Comissão Julgadora tenha condições necessárias para verificar se o objeto ofertado atende plenamente aos requisitos deste Edital.

## **11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**11.1-** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

**11.2-** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**11.3-** As licitantes que estiverem em 2º, 3º, 4º... lugares poderão continuar disputando o menor preço entre si para que, caso ocorra a inabilitação ou a recusa da oferta classificada em 1º lugar, o 2º colocado venha a ser convocado para a contratação e assim sucessivamente;

**11.4-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**11.5-** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

**11.6-** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**11.7-** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante aviso de fechamento, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. Findo o prazo, o sistema

automaticamente encerrará a recepção de lances;

**11.8-** Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

## **12. DA FASE COMPETITIVA**

**12.1-** Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro;

**12.2-** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**12.3-** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao ultimo por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**12.4 –** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00 (Hum real)**

**12.5 -** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**12.6-** Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

**12.7-** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**12.8-** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a);

**12.9-** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

**12.10-** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**12.10.1-** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação;

**12.11-** Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, as quais serão convocadas automaticamente pelo sistema para, no prazo de 05 minutos, também controlados pelo sistema, encaminharem uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, para o desempate;

**12.12-** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento (5%) superiores à proposta melhor classificada;

**12.13-** Após o encerramento dessa etapa da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;

**12.14-** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada



pelos demais licitantes.

**12.15** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**15.17** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**15.18** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**15.19** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**15.20** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**13.1**- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**13.2**- Será desclassificada a proposta final que:

**13.2.1**- Contenha vícios ou ilegalidades;

**13.2.2**- Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

**13.2.3**- Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;

**13.2.5**- Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;

**13.2.6**- Não vier a comprovar sua exequibilidade;

**13.3**- Consideram-se preços inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;

**13.4**- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação da exequibilidade;

**13.5**- Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital;

**13.6**- No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

### **14. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**14.1**- A Proposta de Preços contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverão ser formuladas e enviadas em formulário específico, contendo os seguintes dados:

**14.1.1**- Ser apresentada, por Item, em original, em papel timbrado da licitante ou apenas identificado com nome ou sua razão social, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas,

com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em Real;

**14.1.2-** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

**14.1.3-** Consignar a assinatura do responsável e do representante legal da empresa na proposta, bem como a identificação de seu nome abaixo da assinatura. A não identificação do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

**14.1.4-** Não serão admitidas propostas de licitantes que apresentarem as unidades de fornecimento dos produtos diferentes das estabelecidas no Anexo A;

**14.1.5-** A proposta deverá ser preenchida e apresentada contemplando o(s) item(s) de interesse da licitante e deverão ser informados, obrigatoriamente, marcas, modelos e fabricante dos itens ofertados;

**14.1.6-** A Empresa vencedora deverá enviar a Proposta e os documentos solicitados nos prazos estipulados pelo pregoeiro no sistema COMPRASNET na opção em anexo para aceitação e posteriormente por SEDEX os originais, dentro do prazo de estipulado pelo pregoeiro mediante negociação no CHAT, o não envio acarretará na sua desclassificação.

## **15. DAS CONDICIONANTES NA PROPOSTA DE PREÇOS**

**15.1-** A licitante vencedora do Certame deverá apresentar na proposta de preços os seguintes requisitos e documentos:

**15.1.1-** A Proposta de Preços deverá ainda conter os seguintes dados do licitante: Razão Social; endereço; telefone; e-mail; número do CNPJ/MF; Inscrição Estadual; Banco; Agência; número da Conta-Corrente;

**15.1.2-** Nome da Pessoa responsável pela licitante para dirimir dúvidas e solucionar problemas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços;

**15.1.3-** Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega dos produtos ofertados;

**15.2-** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

**15.3-** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **16. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

16.1- A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (Duas) horas, [mínimo de duas horas]**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico **do CHAT do COMPRASNET** e deverá:

16.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

16.1.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

16.1.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **17. DA DESCLASSIFICAÇÃO**

**17.1-** Serão desclassificadas as licitantes em que:

**17.1.1-** Apresentarem propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

**17.1.2-** Apresentarem documentação incompleta e/ou fora do prazo;

**17.1.3-** Ocultarem ou a não prestarem de informações solicitadas pelo Pregoeiro.

## **18. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**18.1-** A prestação do serviço deverá ser efetuada no endereço da Contratante, IMBEL/Filial Fábrica da Estrela, situada na Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, s/nº – Vila Inhomirim – 6º Distrito de Magé/RJ – CEP: 25.933 -590

**18.1.1-** A execução do serviço deverá estar de acordo com Objeto (Item 1) e especificação mínimas e quantidades (Item 2) referente ao anexo “A” (Termo de Referência).

**18.2-** Qualquer atraso na prestação do serviço deverá ser informado de forma urgente e antecipada, a fim de não causar nenhum transtorno administrativo.

**18.3-** A IMBEL- Filial Fábrica da Estrela, poderá rejeitar a execução do serviço feita fora da hora de entrega estabelecido no item 18.1, bem como apurar as irregularidades observadas e aplicar as medidas cabíveis.

**18.4-** Os serviços serão verificados, quanto à qualidade, por servidor designado para cumprir tal tarefa.

**18.5-** Os serviços executados que não atenderem às especificações de qualidade exigidas serão reprovados pelo servidor verificador, que lançará a alteração no verso da Nota Fiscal, cabendo à adjudicatária providenciar a carta de correção da Nota ou recompletamento do fornecimento, a critério da IMBEL – Filial Fábrica da Estrela

## 19. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

19.1. Dúvidas deverão ser encaminhadas exclusivamente para o e-mail: **salc.fe@imbel.gov.br**

19.2. Qualquer dúvida ou divergência sobre as especificações constantes no comprasnet e o Edital, **prevalecem as do Edital**;

19.3. Os pedidos apresentados pelas Notas de Empenho poderão ser realizados fracionadamente nas quantidades licitadas;

19.4. A prestação do serviço deverá atender e estar em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO A);

19.5. A proposta selecionada ficará a disposição da IMBEL – Filial da Estrela que, se e quando desejar adquirir, valer-se-á dos preços registrados, tantos vezes quanto desejar.

## 20. QUALIFICAÇÕES DOS FORNECEDORES:

20.1- Os fornecedores deverão estar cadastrados e com habilitação parcial no SICAF; Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação; pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica compatível com o objeto da licitação e certidão ou declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

## 21. DAS OBRIGAÇÕES DA IMBEL-FE

21.1- São obrigações da IMBEL-FE:

21.1.1- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

21.1.2- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

21.1.3- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

21.1.4- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

21.2- A IMBEL/FE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

22.1- A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

22.1.1- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo



e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

**22.1.2-** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

**22.1.3-** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**22.1.4-** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos;

**22.1.5-** Comunicar à IMBEL\_FE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **23. DA SUBCONTRATAÇÃO.**

**23.1-** Não será admitida subcontratação do objeto licitado.

## **24. ALTERAÇÃO SUBJETIVA.**

**24.1-** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Fornecedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da IMBEL/FE.

## **25. DO PAGAMENTO**

**25.1-** O pagamento será efetuado através de ordem bancária, após liquidação da despesa pertinente à da **apólice ou do bilhete do seguro junto com o boleto para pagamento** correspondente, nos termos da Lei nº 4.320/64;

**25.1.1** Para os contratos de seguros o tributo é o IOF, imposto de competência da União Federal ([Constituição Federal, art. 153, inc. V](#)). As obrigações acessórias referente a este tributo estão previstas no Regulamento do IOF – RIOF ([Decreto nº 6.306/2007](#)), e não estão sujeitas a emissão de nota. O documento obrigatório é a apólice de seguros ou bilhete/boleto, nos termos do [art. 758 do Código Civil](#).

**25.2-** Caso a licitante vencedora da licitação seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente, com a Nota Fiscal, a devida comprovação, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006;

**25.3-** Para efeitos de pagamento será realizada consulta ao SICAF, CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), e Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, através do Portal da Transparência (<http://www.transparencia.gov.br>), para aferir a inidoneidade da empresa;

**25.4-** Por se tratar de despesa empenhada na forma da Lei nº 4.320/64, não se admite a emissão de duplicata mercantil, bem como caucionar ou utilizar a Nota de Empenho para

qualquer operação financeira;

## **26. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**26.1-** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital

**26.2-** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação

**26.3-** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do Certame.

**26.4** - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**26.5** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**26.6.**As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**26.6.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**26.7** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **27. DOS RECURSOS**

**27.1-** Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação formal das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, cujo prazo começará a correr a partir do dia útil imediato ao do término do prazo da primeira, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

**27.1.1-** A falta de manifestação do licitante no prazo de **trinta minutos** após a abertura do prazo de registro de intenção de recurso pelo sistema, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

**27.2-** Os recursos contra decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo (Decreto nº 3.555/2000, art.11, Inc XVIII);

**27.3-** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**27.4-** Decididos os recursos, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;

**27.5-** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL – filial Fábrica da Estrela, de segunda à sexta-feira, de 08h as 16h.

## **28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1-** Quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o Certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Pregão de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e na ATA, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

**28.2-** Se decorrerem 10 (dez) dias úteis da convocação do órgão sem que o licitante vencedor tenha assinado e devolvido a Ata de Registro de Preço, caracterizar-se-á formal recusa à contratação, podendo a IMBEL/FE, a seu exclusivo juízo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que manifestem interesse, em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor, ou, então, revogar a licitação;

**28.3-** Caberá multa compensatória de até 20% (vinte por cento), a ser calculada sobre o valor total da proposta, no caso de ocorrer recusa à assinatura da Ata de Registro de Preços pelo licitante, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar, em caso de perdas e danos decorrentes da recusa;

**28.3.1-** Nesta hipótese, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a IMBEL/FE, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa da União", para cobrança judicial;

**28.4-** A multa poderá ser aplicada, juntamente, com a sanção de impedimento;

**28.5-** As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

## **29. DO REGISTRO DE PREÇOS E VALIDADE DA ATA**

**29.1-** Após a homologação da licitação, o registro de preços observará as seguintes condições:

**29.4.1-** O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços; e

**29.4.1-** A ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata deverá ser respeitada nas contratações;

**29.4.2-** Serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a etapa competitiva;

**29.4.3-** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (correspondente ao Artigo 168, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL), conforme art. 12, §1º do Decreto 7892/2013.

### **30 DA ASSINATURA DA ATA**

**30.1-** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços, será de até 05 (cinco) dias úteis, após a convocação para assinatura. O mesmo ocorrerá após a homologação;

**30.2-** Caso o fornecedor não comparecer para assinatura da ATA, o mesmo será desclassificado. Estando assim, a IMBEL/FE liberada para convocar o próximo colocado, conforme o Art.13 do Dec. Nº 7.892/2013.

### **31. DAS MULTAS**

**31.1-** A IMBEL/FE poderá aplicar as seguintes multas:

**31.1.1-** Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de recusa injustificada para o recebimento da Nota de Empenho;

**31.1.2-** Multa de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do material não entregue, por dia de atraso, observado o prazo de entrega. A referida multa não impede que a IMBEL/FE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 13.303/2016;

**31.2-** Pela inexecução total ou parcial do fornecimento contratado, multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do material não entregue. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, quaisquer obrigações e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época; com a empresa vencedora da licitação;

**31.3-** A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

**31.4-** As multas quando não descontadas nos termos do item anterior, deverão ser colocadas à disposição da IMBEL - FE, em sua administração, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

**31.5-** Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a IMBEL-FE fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;



**316-** O faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com a IMBEL-FE enquanto não quitar as multas devidas;

**31.7-** As multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem as irregularidades constatadas.

## **32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**32.1-** Integram o Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a. Anexo "A" – Termo de Referência
- b. Anexo "B" - Documentos para Habilitação;
- c. Anexo "C" - Atestado de Capacidade Técnica;
- d. Anexo "D" – Proposta de Preços;
- e. Anexo "E" – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- f. Anexo "F" – Minuta do Contrato;

**32.2-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais;

**32.3-** Quaisquer informações complementares sobre o presente EDITAL e seus anexos poderão ser obtidas na sala da Seção de Aquisição, Licitação e Contratos - SALC da IMBEL-FE no endereço do item DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO, ou ainda, pelo telefone (21) 2739-9037 e E-mail – [salc.fe@imbel.gov.br](mailto:salc.fe@imbel.gov.br), no horário das 08:00 h às 11:00 h e das 14:00 h às 16:00 horas;

**32.4-** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado;

**32.5-** O presente Edital estará disponível aos interessados na IMBEL- Filial Fábrica da Estrela, situada à Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, s/n, Vila Inhomirim – Magé – RJ, CEP 25.933-590; ou diretamente no Portal de Compras do Governo Federal – **COMPASNET** – no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

Magé, RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

---

**Alexandre José Machado da Rocha**  
**TECNICO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO**

---

**Renato Ferreira de Souza**  
**Chefe da SALC**

---

**Elto Olympio Valich da Fonseca Junior**  
**Ordenador de Despesas**

**ANEXO A****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-PR-0085 - FE****TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

**1.2** O Constitui objeto da presente licitação a futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a emissão de apólice para os **GUARDAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAIS** da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL (**FABRICA ESTRELA**), conforme as condições definidas no presente edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito, que deverão ser ofertados de acordo com as especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência – Anexo “A”- parte integrante deste Edital.

**2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO****Funcionários**

<b>Sexo</b>	<b>Classe Funcionário-Descrição</b>	<b>Data Nascimento</b>	<b>Cargo Básico-Descrição</b>	<b>Idade</b>
M	FE - Empregado de Carreira	09/07/1969	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	53
M	FE - Empregado de Carreira	06/11/1985	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	36
M	FE - Empregado de Carreira	21/11/1983	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	38
M	FE - Empregado de Carreira	07/04/1964	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	58
M	FE - Empregado de Carreira	20/01/1983	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	39
M	FE - Empregado de Carreira	10/12/1974	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	47
M	FE - Empregado de Carreira	16/08/1967	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	55
M	FE - Empregado de Carreira	05/03/1964	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	58
M	FE - Empregado de Carreira	27/01/1968	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	54
M	FE - Empregado de Carreira	20/04/1963	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	59
F	FE - Empregado de Carreira	03/05/1978	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	44
M	FE - Empregado de Carreira	13/03/1962	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	60
M	FE - Empregado de Carreira	10/02/1956	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	66
M	FE - Empregado de Carreira	27/12/1966	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	55
M	FE - Empregado de Carreira	26/12/1983	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	38
M	FE - Empregado de Carreira	16/09/1964	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	58
M	FE - Empregado de Carreira	19/05/1970	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	52
M	FE - Empregado de Carreira	28/01/1965	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	57
M	FE - Empregado de Carreira	02/11/1961	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	60
F	FE - Empregado de Carreira	29/12/1978	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	43
M	FE - Empregado de Carreira	16/05/1957	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	65

Faixa Etária	Quant
35-39	04
40-44	02
45-49	01
50-54	03
55-59	07
60-64	02
65-69	02
Total	21

M	19
F	02

## 2.1 GRUPO E CAPITAL SEGURADO

**2.1.1** Estima-se, com base no dia 11/10/2022, o grupo de 21 (vinte e um) guardas de segurança patrimoniais conforme distribuição contida na Tabela de Faixa Etária no item 2.

**2.1.2** O capital básico segurado individual será distribuído conforme Tabela abaixo:

ITEM	CARGO	Unid	Quant	Capital Segurado
01	Guardas de Segurança Patrimoniais	VIDA	21	a) vinte e seis vezes da remuneração mensal, verificada no mês anterior, no caso de Morte por Qualquer Causa (MQC). b) cinquenta e duas vezes da remuneração mensal, verificada no mês anterior, no caso de Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente(IPA) c) vinte e seis vezes da remuneração mensal, verificada no mês anterior, no caso de invalidez funcional permanente total por doença (IFPD) d) 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital básico do segurado principal, no caso de Inclusão Automática do Cônjuge ou Companheiro(a) - IAC

**2.1.3** A quantidade de vidas poderá ser alterada unilateralmente pela IMBEL, caso haja demissões e contratações para os guardas patrimoniais.

**2.1.4** Cabe destacar que a Tabela acima demonstra tão somente o quantitativo de segurados (principal) com base no dia 11/10/2022, o que não configura, em hipótese alguma, o número exato de vidas que se vincularão ao seguro de vida em grupo oferecido.



## 2.2. ORÇAMENTO ESTIMATIVO

**2.2.1** A tabela abaixo demonstra a possibilidade de contratação do serviço objeto deste Termo de Referência, de acordo com o número de vidas a ser segurado.

DESCRIÇÃO DO ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
Contratação de seguro de vida em grupo, acidentes pessoais e assistência funeral, para os Guardas de Segurança Patrimônias da IMBEL/FE	VIDA	21	R\$ 118,54	R\$ 2.489,34	R\$ 29.872.08

**2.2.1.1** OBS: OS LICITANTES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME, DEVERÃO CADASTRAR SUAS PROPOSTAS PARA 12 (DOZE) MESES DO SERVIÇO

**2.3** A prestação do serviço de Seguro de Vida em grupo será disciplinada pelo Termo de Referência e pelo Termo de Contrato, resultantes do Pregão, a ser firmado pela IMBEL/FE e pela Contratada, em conformidade com a legislação em vigor, em especial, o Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, regulamentado pelo Decreto nº 60459, de 13 de março de 1967, assim como pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**2.4** A prestação dos serviços mediante a implantação de Apólice destina-se a garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos e/ou coberturas contratadas pela IMBEL, observadas as condições gerais da Apólice e nos casos expressamente indicados neste instrumento;

**2.5** A prestação dos serviços será executada por meio de serviços próprios da CONTRATADA.

**2.6** DEIXARÃO DE FAZER JUS AO SEGURO DE VIDA EM GRUPO QUANDO DESLIGADOS DA IMBEL;

## 3.JUSTIFICATIVA

**3.1** A Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) possui em seus quadros um número significativo de guardas de segurança patrimoniais. As legislações determinam que sejam feitos Seguro de Vida e seguro de acidentes pessoais para os mesmos.

**3.2** Os serviços a serem licitados que pela sua essencialidade visam atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da IMBEL, de modo que sua interrupção possa comprometer o cumprimento da missão institucional, se enquadram com de natureza continuada, de modo que seus empregados (guardas patrimoniais) trabalhem com mais tranquilidade, sabendo que estão protegidos contra possíveis danos físicos que possam ocorrer, tendo em vista o que determina a legislação pertinente.

#### **4. DEFINIÇÕES**

- 4.1** O valor a ser contratado é estimativo e sofrerá variação, pois dependerá do número de FUNCIONARIOS incluídos na apólice. A licitante fica ciente que o valor da nota fiscal/fatura mensal poderá variar, dependendo das inclusões e exclusões de segurados na apólice. A quantidade mensal contratada poderá variar de 21 (vinte e uma) vidas, podendo ser incluídos, excluídos e substituídos os nomes dos beneficiados.
- 4.2** A cobertura do segurado deverá ser em todo o globo terrestre e cada segurado deverá receber um certificado individual informando suas garantias e seu respectivo capital segurado, não havendo período de carência.
- 4.3** Os certificados individuais de seguro deverão ser disponibilizados em plataforma online para download ou enviados por e-mail a ser devido.
- 4.4** Inclusões, substituições, alterações e/ou exclusões de segurados deverão ocorrer a qualquer tempo, dentro do mês vigente do faturamento, valendo a cobertura a partir do envio da relação de vidas pela IMBEL/FE à seguradora.
- 4.5** O faturamento deverá contemplar o período de 30 dias, preferencialmente do primeiro ao último dia do mês.
- 4.6** A exclusão dos segurados será feita mediante solicitação da IMBEL/FE, constando o nome do segurado e a data a partir da qual deverá ser excluído.
- 4.7** A Seguradora contratada seguirá as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como os critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, ambas criadas pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A SUSEP é o órgão responsável pela execução das políticas traçadas pelo CNSP, controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.
- 4.8** ALGUMAS DEFINIÇÕES (selecionadas e extraídas de Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e de Circulares da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP-  
[www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/glossario](http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/glossario)):
- 4.8.1** Acidente pessoal: evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento e causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente

parcial ou total do segurado, ou que torne necessário tratamento médico (Resolução CNSP nº 117, de 2004).

**4.8.2** Apólice: Documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado e discriminando as garantias contratadas. (Circular SUSEP nº 308/05).

**4.8.3** Estipulante: pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investida de poderes de representação do segurado, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, sendo identificada como estipulante-instituidor quando participar, total ou parcialmente, do custeio e como estipulante-averbador quando não participar do custeio (Resolução CNSP 140/2005).

**4.8.4** Assistido: pessoa física em gozo do recebimento do benefício sob a forma de renda (Resolução CNSP 139/05).

**4.8.5** Beneficiário: pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro. (Circular SUSEP 321/06).

**4.8.6** Grupo segurado: É a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva. (Resolução CNSP 117/04).

**4.8.7** Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva. (Resolução CNSP 117/04).

**4.8.8** Benefício Definido: [Para Seguro de Pessoas]: Em que o capital segurado, pagável de uma única vez ou sob a forma de renda, e os respectivos prêmios são estabelecidos previamente na proposta (ou propostas). (Resolução CNSP 140/2005).

**4.8.9** Capital Segurado: Pagamento a ser efetuado ao assistido ou beneficiário, sob a forma de pagamento único ou de renda. (Resolução CNSP 140/05).

**4.8.10** Certificado individual: Documento que comprova a inclusão do segurado na apólice coletiva. (Circular SUSEP 308/05).

**4.8.11** Indenização: Valor que a sociedade seguradora deve pagar ao segurado ou beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro. (Circular SUSEP 268/04).

**4.8.12** Cobertura: É a designação genérica dos riscos assumidos pelo Segurador. (Circular SUSEP 354/07).

**4.8.13** Invalidez permanente total ou parcial por acidente: Perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto. (Circular SUSEP 302/05).

**4.8.14** Sinistro: a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro (Resolução CNSP 117/04).

**4.8.15** Aviso de sinistro: Comunicação da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer à Seguradora, assim que dele tenha conhecimento. (Circular SUSEP 321/06).

## 5. COBERTURAS E PERCENTUAIS

**5.1** A CONTRATADA prestará os serviços de seguro de vida em grupo aos guardas patrimoniais, com observância às regras estabelecidas neste instrumento e com as seguintes coberturas:

**5.1.1** **Morte por Qualquer Causa-MQC:** garante ao(s) beneficiário(s) do

seguro principal, em caso de morte por qualquer causa, o pagamento de uma indenização de **vinte e seis vezes** da sua remuneração mensal verificada no mês anterior;

**5.1.2 Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente-IPA:** garante ao próprio segurado em caso de vir a se tornar permanentemente inválido (total ou parcial), em função de acidente, o pagamento de uma indenização de **cinquenta e duas vezes** da remuneração mensal, verificada no mês anterior.;

**5.1.3 Invalidez Funcional Permanente Total por Doença-IFPD:** garante ao próprio segurado, em caso de vir a se tornar total e permanentemente inválido, em função de doença, o pagamento de uma indenização de **vinte e seis vezes** da remuneração mensal verificada no mês anterior.;

**5.1.4 Inclusão Automática do Cônjuge ou Companheiro(a) - IAC:** os cônjuges ou companheiros(as) participarão do Seguro de forma automática, com capital correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do respectivo capital básico do segurado principal;

**5.2** A remuneração mensal dos guardas de segurança patrimonial (salário base) varia conforme tabela abaixo:

Quantidade Guarda de Segurança	Remuneração Mensal Unitário Por Guarda
03	R\$ 1.759,60
06	R\$ 1.812,40
06	R\$ 1.866,78
04	R\$ 2.039,87
01	R\$ 2.101,05
01	R\$ 2.295,87

**5.3** Quando a remuneração mensal dos guardas de segurança patrimonial sofrer alteração por força de Acordo Coletivo de Trabalho ou outro motivo, será informado e comprovado pela IMBEL à seguradora o novo valor do salário junto com a documentação para o pagamento do sinistro.

## 6. PRAZO DE LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

**6.1** As indenizações deverão ser pagas pela CONTRATADA, nominalmente ao Segurado ou beneficiário(s), após a entrega do dossiê completo do sinistro na Seguradora pela IMBEL/FE, até 30 (trinta) dias.

**6.2** O pagamento das indenizações deverá ser será efetuado de uma só vez ao(s) beneficiário(s) ou ao próprio segurado.

**6.3** Caso a CONTRATADA venha a efetuar com atraso o pagamento da indenização, o valor devido será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor

## 7 LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**7.1** O serviço deverá ser realizada na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL – FE, sito à Pça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, S/N - Vila Inhomirim – Magé – RJ - CEP: 25933-590.



## **8. VIGÊNCIA DA APÓLICE**

**8.1** O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante aviso prévio com antecedência de, pelo menos, 90 (noventa) dias.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**9.1** Não será admitida subcontratação e/ou terceirização do objeto licitado.

## **10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**10.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa FORNECEDORA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições para a entrega do objeto; não haja prejuízo à execução da entrega do objeto e haja a anuência expressa da IMBEL/FE.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1** – Quando da emissão da apólice prevista na Clausula 2.4, do termo de referencia deverá constar as obrigações previstas na Clausula Sexta do mesmo termo de Referencia. E não havendo a possibilidade de inclusão supramencionada a Contratada e a Contratante celebrarão um Termo de Contrato , com base nas Clausulas do Edital e Termo de Referencia

**11.2** - Descrever , no ato da comunicação do sinistro , a relação de documentos básicos e a se apresentado pelo(s) beneficiário(s) para pagamento do valor estipulado na apolice

**11.3** – Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como as necessárias para completa execução do mesmo

**11.4** – Poderá acrescer até 25% do total do Contrato do VALOR SEGURADO ao nº de empregados conforme demanda da contratante

**11.5** – Respeitar todas as regras, disposições, condições e determinações pertinentes aos serviços a serem prestados

**11.6** – Respeitar todas as regras, disposições , condições e determinações pertinentes aos serviços a serem prestados

**11.7** – Prestar os serviços dentro dos parametros estabeicidos, em observancia as normas legais e regulanentares aplicaveis

**11.8** – Comunicar , por escrito , imediatamente , ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providencias cabiveis, bem como a necessidade de apresentação por escrito de justificativa para a exigencia de documentos não exigidos na relação inicial prevista

**11.9** – Veirificado pela Administração que a exigencia de documentos tem o



intuito de protelar o pagamento ao (s) beneficiário(s) , mediante processo administrativo para apresentação do contraditório e ampla defesa, a contratada poderá sofrer penalidade previstas na Clausula Sexta do Termo de Referência.


**11.10** – Guardar inteiro sigilo dos serviços Contratados e dos dados processados , bem como de toda e qualquer documentação gerada, recolhendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante

**11.11** – Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem previa autorização do Contratante

**11.12** – Comunicar a fiscalização contratual, por escrito, com as devidas justificativas qualquer anormalidade de caráter urgente quanto a apresentação de documentos complementares para o pagamento e justificar por escrito a necessidades de apresentação de documentos não previstos no rol daqueles solicitados inicialmente

## 11. DA MATRIZ DE RISCOS

**11.1.** Considerando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, segue a matriz de riscos:

MATRIZ DE RISCOS						
PROBABILIDADE	Muito Alta (1)					
	Alta (2)					
	Moderada (3)					
	Baixa (4)					
	Muito Baixa					
		Muito Baixo	Baixo (2)	Moderado (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
		IMPACTO				

### 11.2. CRITÉRIO PARA ANÁLISE DA PROBABILIDADE

**Nível 01 – Muito alta:** Evento Comum; entrega do serviço no prazo acordado; equipamento entregue com a especificação correta e no endereço certo;

**Nível 02 – Evento Casual;** entrega do serviço com atraso mínimo;

**Nível 03 – Moderada:** Evento Incomum; serviço entregue fora da especificação, com atraso

acentuado e/ou entregue no endereço errado;

**Nível 04 – Baixa;** Evento Grave, serviço entregue errado e/ou com defeito, pedido de prorrogação do prazo de entrega.

**Nível 05 – Muito Baixa;** Evento Extraordinário, Desistência por parte do fornecedor, serviço não realizado, fornecedor não manter as condições de habilitação iniciais do processo de contratação.

### 11.3. CRITÉRIO PARA ANÁLISE DE IMPACTO

**Nível 01 – Muito Baixo:** Sem impacto; nenhuma ocorrência de atraso na entrega do produto, nenhuma ocorrência de atraso na produção, nenhuma ocorrência de gargalo na produção.

**Nível 02 – Baixo:** Impacto Mínimo; atrasos na produção devido à demora na entrega do produto, mas sem ocorrer atrasos nos cumprimentos de contratos firmados com terceiros;

**Nível 03 – Moderado:** Impacto Médio; paralisação da produção devido ao equipamento ter sido entregue fora do prazo de entrega e da especificação desejada, entregue no endereço errado e/ou com atraso acentuado, ocasionando ociosidade e atraso acentuado, ocasionando ociosidade e atraso no cumprimento de contratos firmados com terceiros.

**Nível 04 – Alto:** Impacto Grave, paralisação acentuada da produção devido ao produto ter sido entregue errado, fora da especificação ou por motivo de furto/roubo, gerando novo prazo de entrega do produto;

**Nível 05 – Muito Alto;** Impacto Gravíssimo; paralisação total da produção devido a greves, paralisações funcionais, falência do fornecedor do produto, compra do produto errado, inadimplemento das obrigações assumidas pela IMBEL/FE com terceiros, possíveis ajuizamentos de processos administrativos/ judiciais

**ANEXO B**

**Processo Licitatório nº 2022-PR-0085-FE.**

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À HABILITAÇÃO**

**1. CADASTRADOS NO SICAF** - Cadastramento e habilitação parcial no SICAF, a ser verificada “on-line” no Sistema, por ocasião da abertura dos envelopes de documentação, ou ainda, cumprir o disposto no § 2º do art. 91, do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL;

1.1- Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em número de 1 (um), com finalidade de comprovação de aptidão, para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação. (artigo 84 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL.);

Obs: Em papel timbrado, onde constem os dados que identifiquem a pessoa jurídica ATESTANTE (nome, CNPJ, Data e endereço) - Em original ou cópia autenticada (modelo sugerido no Anexo “C”);

1.2- Declaração de inexistência de fato impeditivo nos termos do §2º do 91 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL

1.3- Procuração por Instrumento Público ou Particular (com firma reconhecida em cartório), em original ou cópia autenticada, indicando o representante junto à IMBEL que estará, assim, habilitado a interferir e responder pelo licitante, perante a Comissão Permanente de Licitação em todas as fases do presente Processo Licitatório (caso o representante legal seja um dos sócios da empresa, fica dispensada a exigência acima, desde que seja anexada cópia autenticada da última Alteração Contratual registrada na Junta Comercial correspondente, na qual esteja definida essa responsabilidade);

1.4- Declaração de cumprimento no disposto no Inciso XXXIII, do Artigo 7.º, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho aos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**ANEXO C****Processo Licitatório nº 2022-PR-0085-FE****ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA****RAZÃO SOCIAL DO ATESTANTE****CNPJ DO ATESTANTE**

Por solicitação da Parte interessada, atesto nos exatos termos e sob as penas das Leis nº 13.303/16 e nº 8.666/93, para fins de comprovação de capacidade técnica, que a Empresa ....., CNPJ nº ....., estabelecida à ....., forneceu o item ..... a este Atestante. Até a presente data, vem cumprindo corretamente os compromissos assumidos, sem dar motivos a queixas ou reclamações.

Local e data

---

NOME COMPLETO  
RG/Org. Exped  
CPF  
FUNÇÃO NA EMPRESA.  
TEL PARA CONTATO

**ANEXO D****Processo Licitatório nº 2022-PR-0085-FE****PROPOSTA DE PREÇO (MODELO)****DADOS DA LICITANTE****Referência: Pregão Eletrônico nº 085/2022**

Sr. Pregoeiro,

A Empresa \_\_\_\_\_ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, abaixo assinada, propõe a IMBEL –Filial Fábrica da Estrela, a entrega do material abaixo indicado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

**GRUPO I**

ITEM	APOLICE	Unid	Quant	Preço unitário	Total
01	APOLICE DE VIDA	Serviço	xxxxx	xxxx	xxxx

b) No preço acima estão incluído todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, carga e descarga importação e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação.

c) O prazo de entrega é de acordo com o item 18.1.1 do Edital.

d) Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias).

e) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, indicado para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

f) Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente)

g) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

\_\_\_\_\_  
Nome e Cargo do Representante da Empresa



**ANEXO E****Processo Licitatório nº 2022-PR-0085-FE****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, criada pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº 02/2017, realizada em 14/12/2017, registrado em 16/02/2018, sob o nº 1016486, perante a Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF), conforme o NIRE 53500000275, publicado no DOU, Seção I, de 01/03/2018, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Lei 4.320, 17/03/1964, pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis, classificada como Empresa Pública Dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e da Portaria 289, de 29 de maio de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional, STN, do Ministério da Fazenda, publicada no DOU, Seção I, de 30 de maio de 2008, inscrita no CNPJ sob o nº 00.444.232/0001-39, com sede localizada no Quartel General do Exército, Bloco “H”, 3º Pavimento - SMU, Brasília/DF, CEP: 70630-901, com capital integralmente subscrito pela UNIÃO, e com filial Fábrica da Estrela - FE, inscrita no CNPJ 00.444.232/0008-05, localizada na Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, s/nº, Vila Inhomirim, 6º Distrito, Magé/RJ, CEP: 25.933-590, neste ato representada pelo o seu Ordenador de Despesas, xxxxxxxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente IMBEL – Filial Fábrica da Estrela, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_ sediada à \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. \_\_\_\_\_ neste ato representada legalmente pelo(a), Sr.(a) \_\_\_\_\_, que no final assina, doravante denominada Compromissária.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

- 1.1** A Presente ATA tem por objeto futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a emissão de apólice para os **GUARDAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAIS** da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL (**FABRICA ESTRELA**), conforme as condições definidas no presente edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito, que deverão ser ofertados de acordo com as especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência – Anexo “A”- parte integrante deste Edital

**2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1** - O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

3.1 - Integra o presente Registro de Preços a IMBEL/FE, como Órgão Gerenciador. Respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Organizações.

### 4. CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O valor da presente Ata perfaz a quantia total de R\$ \_\_\_\_\_, conforme valores constantes na proposta comercial de preços apresentada pela compromissária no Pregão nº **085/2022**, - FE reproduzidos na planilha abaixo:

Nº Ord	Item Licitado	Serviço	Und	Qtd	Preço Registrado	Valor Total
1	001					

### 5. CLÁUSULA QUINTA - CADASTRO DE RESERVA

5.1 - Conforme prescreve o § 1º, do Art. 11 do decreto nº 7892/13.

Nº Ord	Item Licitado	Serviço	Und	Qtd	Preço Registrado	Valor Total
1	001					

### 6. CLÁUSULA SEXTA: DA CONTRATAÇÃO

6.1- O pagamento será efetuado através de ordem bancária, após liquidação da despesa pertinente à da Nota Fiscal correspondente, nos termos da Lei nº 4.320/64;

6.2 - A recusa em assinar a Ata ou em receber a Nota de Empenho correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se o contratado à aplicação das sanções previstas nesta Ata e no Edital do Pregão nº **0085/2022**.

6.3 - Os compromissos firmados entre as empresas vencedoras e os órgãos integrantes do Registro de Preços serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pelo Licitante, a Ata de Registro de Preços e a Nota de Empenho emitida em favor do mesmo, independentemente de outras transcrições.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1- O serviço deverá ser realizada na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL – FE, sito à Pça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, S/N - Vila Inhomirim – Magé – RJ - CEP: 25933-590.

## 8. CLÁUSULA OITAVA: DO CANCELAMENTO DA ATA

**8.1** - A presente Ata poderá, a critério da IMBEL/FE, ser parcial ou totalmente cancelada quando a fornecedora descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

**8.2** - Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela IMBEL/FE, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1.** A CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas nos incisos I a III, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das cláusulas e condições deste Contrato, ou execução do seu objeto em desacordo com a discriminação contida em sua proposta, parte integrante deste ajuste, sem prejuízo da aplicação de sanções legais;

**9.2.** Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela não cumprida, até que seja sanada a respectiva irregularidade, considerando a data da Notificação como termo inicial para aplicação da sanção;

**9.3.** Na hipótese de atraso, pela CONTRATADA, no cumprimento das disposições ajustadas, incidirá uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, sem prejuízo de sua rescisão e demais penalidades aplicáveis, a critério da CONTRATANTE.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**10.1** - Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº **085/2022** e seus anexos.

Vila Inhomirim (RJ), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXX  
Ordenador de Despesas da IMBEL/FE

\_\_\_\_\_  
Empresa XXXXXXXXXXXX

**ANEXO F****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-PR-0085-FE****MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2019**

Pelo presente instrumento, **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL**, Empresa Pública Federal Dependente, vinculada ao Ministério da Defesa/Exército Brasileiro, criada e constituída pela Lei 6.227, de 14/07/75 e com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da IMBEL, de nº 2/2017, realizada em 14/12/2017, registrado em 12/02/2018, sobre o nº 1016486 na Junta Comercial do distrito Federal (JCDF), conforme NIRE 53500000275, Publicada Seção I do DOU nº 41, de 01/03/2018, com Sede no Quartel General do Exército, Bloco “H”, 3º andar - SMU, Brasília – Distrito Federal, CEP: 70.630-901 e com Filial denominada **FÁBRICA DA ESTRELA**, situada na Praça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, s/nº – Vila Inhomirim – 6º Distrito de Magé/RJ – CEP: 25.933 -590, inscrita no CNPJ sob o nº 00.444.232/0008-05, neste ato representada pelos seus Representantes Legais **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXX**, **XXXXXX**, portador da Carteira de Identidade **XXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXX**, Chefe da Filial Fábrica da Estrela, e **XXXXXXXX**, Ordenador de Despesas em Exercício, Identidade nº **XXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado a Firma **XXXXXXXXXXXXXXXX XXX - XXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, NIRE nº **XX.X.XXXXXXX-X** com sede à rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXX/XX**, CEP **XX.XXX-XXX**, **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **XXXXXXXXXXXX**, brasileiro, **xxxxxxx**, portador da carteira de identidade nº **xx.xxx.xxx-x** expedida pelo **xxxxxx/xx** e inscrito no CPF sob o nº **xxx.xxx.xxx-xx** residente e domiciliado: à rua **xxxxxxxxx nº xxx**, **xxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/xx** - CEP **xx.xxx-xxx**, **xxxxxxxxxxxxxxxx**, celebram entre si o presente Contrato, que se regerá pela Lei 13.303/2016, Lei nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto nº 10.024/2019 e 7.892/2013, regulamento de licitações e contratos da IMBEL, aprovado pela Resolução nº 06/2018 – CA –IMBEL de 22 de maio de 2018, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo, mediante a emissão de apólice para os **GUARDAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAIS** da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL (**FABRICA ESTRELA**), conforme as condições definidas no presente edital, na legislação pertinente e nas normas da Superintendência de Seguros Privados - MF (SUSEP), para todos os fins e efeitos de direito, que deverão ser ofertados de acordo com as especificações, quantitativos e condições do Termo de Referência – Anexo “A

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia xx/xx/2022 e terminando no dia xx/xx/2020

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA– PREÇO

### Funcionários

Sexo	Classe Funcionário-Descrição	Data Nascimento	Cargo Básico-Descrição	Idade
M	FE - Empregado de Carreira	09/07/1969	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	53
M	FE - Empregado de Carreira	06/11/1985	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	36
M	FE - Empregado de Carreira	21/11/1983	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	38
M	FE - Empregado de Carreira	07/04/1964	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	58
M	FE - Empregado de Carreira	20/01/1983	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	39
M	FE - Empregado de Carreira	10/12/1974	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	47
M	FE - Empregado de Carreira	16/08/1967	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	55
M	FE - Empregado de Carreira	05/03/1964	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	58
M	FE - Empregado de Carreira	27/01/1968	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	54
M	FE - Empregado de Carreira	20/04/1963	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	59
F	FE - Empregado de Carreira	03/05/1978	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	44
M	FE - Empregado de Carreira	13/03/1962	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	60
M	FE - Empregado de Carreira	10/02/1956	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	66
M	FE - Empregado de Carreira	27/12/1966	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	55
M	FE - Empregado de Carreira	26/12/1983	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	38
M	FE - Empregado de Carreira	16/09/1964	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	58
M	FE - Empregado de Carreira	19/05/1970	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	52
M	FE - Empregado de Carreira	28/01/1965	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	57
M	FE - Empregado de Carreira	02/11/1961	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	60
F	FE - Empregado de Carreira	29/12/1978	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	43
M	FE - Empregado de Carreira	16/05/1957	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	65



Faixa Etária	Quant
35-39	04
40-44	02
45-49	01
50-54	03
55-59	07
60-64	02
65-69	02
Total	21

M	19
F	02

### 3.1 GRUPO E CAPITAL SEGURADO

**3.1.1** Estima-se, com base no dia 11/10/2022, o grupo de 21 (vinte e um) guardas de segurança patrimoniais conforme distribuição contida na Tabela de Faixa Etária no item 2.

**3.1.2** O capital básico segurado individual será distribuído conforme Tabela abaixo:

ITEM	CARGO	Unid	Quant	Capital Segurado
01	Guardas de Segurança Patrimoniais	VIDA	21	<p>a) vinte e seis vezes da remuneração mensal, verificada no mês anterior, no caso de Morte por Qualquer Causa (MQC).</p> <p>b) cinquenta e duas vezes da remuneração mensal, verificada no mês anterior, no caso de Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente(IPA)</p> <p>c) vinte e seis vezes da remuneração mensal, verificada no mês anterior, no caso de invalidez funcional permanente total por doença (IFPD)</p> <p>d) 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital básico do segurado principal, no caso de Inclusão Automática do Cônjuge ou Companheiro(a) - IAC</p>

**3.1.3** A quantidade de vidas poderá ser alterada unilateralmente pela IMBEL, caso haja demissões e contratações para os guardas patrimoniais.

**3.1.4** Cabe destacar que a Tabela acima demonstra tão somente o quantitativo de segurados (principal) com base no dia 11/10/2022, o que não configura, em hipótese alguma, o número exato de vidas que se vincularão ao seguro de vida em grupo oferecido.

### 3.2. DO PREÇO

**3.2.1** A tabela abaixo demonstra a possibilidade de contratação do serviço objeto deste Termo de Referência, de acordo com o número de vidas a ser segurado.

DESCRIÇÃO DO ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
Contratação de seguro de vida em grupo, acidentes pessoais e assistência funeral, para os Guardas de Segurança Patrimônias da IMBEL/FE	VIDA	21	R\$ -X-	R\$ -X-	R\$ -X-

**3.2.1.1 OBS: OS LICITANTES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME, DEVERÃO CADASTRAR SUAS PROPOSTAS PARA 12 (DOZE) MESES DO SERVIÇO**

**3.3** A prestação do serviço de Seguro de Vida em grupo será disciplinada pelo Termo de Referência e pelo Termo de Contrato, resultantes do Pregão, a ser firmado pela IMBE/FE e pela Contratada, em conformidade com a legislação em vigor, em especial, o Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, regulamentado pelo Decreto nº 60459, de 13 de março de 1967, assim como pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**3.4** A prestação dos serviços mediante a implantação de Apólice destina-se a garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos e/ou coberturas contratadas pela IMBEL, observadas as condições gerais da Apólice e nos casos expressamente indicados neste instrumento;

**3.5** A prestação dos serviços será executada por meio de serviços próprios da CONTRATADA.

**3.6 DEIXARÃO DE FAZER JUS AO SEGURO DE VIDA EM GRUPO QUANDO DESLIGADOS DA IMBEL;**

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DEFINIÇÕES**

**4.1** O valor a ser contratado é estimativo e sofrerá variação, pois dependerá do número de FUNCIONARIOS incluídos na apólice. A licitante fica ciente que o valor da nota fiscal/fatura mensal poderá variar, dependendo das inclusões e exclusões de segurados na apólice. A quantidade mensal contratada poderá variar de 21 (vinte e uma) vidas, podendo ser incluídos, excluídos e substituídos os nomes dos beneficiados.

**4.2** A cobertura do segurado deverá ser em todo o globo terrestre e cada segurado deverá receber um certificado individual informando suas garantias e seu respectivo capital segurado, não havendo período de carência.

**4.3** Os certificados individuais de seguro deverão ser disponibilizados em plataforma online para download ou enviados por e-mail a ser devido.

**4.4** Inclusões, substituições, alterações e/ou exclusões de segurados deverão ocorrer a qualquer tempo, dentro do mês vigente do faturamento, valendo a cobertura a partir do envio da relação de vidas pela IMBEL/FE à seguradora.

**4.5** O faturamento deverá contemplar o período de 30 dias, preferencialmente do primeiro ao último dia do mês.

**4.6** A exclusão dos segurados será feita mediante solicitação da IMBEL/FE, constando o nome do segurado e a data a partir da qual deverá ser excluído.

**4.7** A Seguradora contratada seguirá as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como os critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, ambas criadas pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A SUSEP é o órgão responsável pela execução das políticas traçadas pelo CNSP, controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

**4.8** ALGUMAS DEFINIÇÕES (selecionadas e extraídas de Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e de Circulares da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP-  
[www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/glossario](http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/glossario)):

**4.8.1** Acidente pessoal: evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento e causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente parcial ou total do segurado, ou que torne necessário tratamento médico (Resolução CNSP nº 117, de 2004).

**4.8.2** Apólice: Documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado e discriminando as garantias contratadas. (Circular SUSEP nº 308/05).

**4.8.3** Estipulante: pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investida de poderes de representação do segurado, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, sendo identificada como estipulante-instituidor quando participar, total ou parcialmente, do custeio e como estipulante-averbador quando não participar do custeio (Resolução CNSP 140/2005).

**4.8.4** Assistido: pessoa física em gozo do recebimento do benefício sob a forma de renda (Resolução CNSP 139/05).

**4.8.5** Beneficiário: pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro. (Circular SUSEP 321/06).

**4.8.6** Grupo segurado: É a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva. (Resolução CNSP 117/04).

**4.8.7** Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva. (Resolução CNSP 117/04).

**4.8.8** Benefício Definido: [Para Seguro de Pessoas]: Em que o capital segurado, pagável de uma única vez ou sob a forma de renda, e os respectivos prêmios são estabelecidos previamente na proposta (ou propostas). (Resolução CNSP 140/2005).

**4.8.9** Capital Segurado: Pagamento a ser efetuado ao assistido ou beneficiário, sob a forma de pagamento único ou de renda. (Resolução CNSP 140/05).

**4.8.10** Certificado individual: Documento que comprova a inclusão do

segurado na apólice coletiva. (Circular SUSEP 308/05).

**4.8.11 Indenização:** Valor que a sociedade seguradora deve pagar ao segurado ou beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro. (Circular SUSEP 268/04).

**4.8.12 Cobertura:** É a designação genérica dos riscos assumidos pelo Segurador. (Circular SUSEP 354/07).

**4.8.13 Invalidez permanente total ou parcial por acidente:** Perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto. (Circular SUSEP 302/05).

**4.8.14 Sinistro:** a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro (Resolução CNSP 117/04).

**4.8.15 Aviso de sinistro:** Comunicação da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer à Seguradora, assim que dele tenha conhecimento. (Circular SUSEP 321/06).

## 5. CLÁUSULA QUINTA - COBERTURAS E PERCENTUAIS

**5.1** A CONTRATADA prestará os serviços de seguro de vida em grupo aos guardas patrimoniais, com observância às regras estabelecidas neste instrumento e com as seguintes coberturas:

**5.1.1 Morte por Qualquer Causa-MQC:** garante ao(s) beneficiário(s) do seguro principal, em caso de morte por qualquer causa, o pagamento de uma indenização de **vinte e seis vezes** da sua remuneração mensal verificada no mês anterior;

**5.1.2 Invalidez Permanente, Total ou Parcial por Acidente-IPA:** garante ao próprio segurado em caso de vir a se tornar permanentemente inválido (total ou parcial), em função de acidente, o pagamento de uma indenização de **cinquenta e duas vezes** da remuneração mensal, verificada no mês anterior.;

**5.1.3 Invalidez Funcional Permanente Total por Doença-IFPD:** garante ao próprio segurado, em caso de vir a se tornar total e permanentemente inválido, em função de doença, o pagamento de uma indenização de **vinte e seis vezes** da remuneração mensal verificada no mês anterior.;

**5.1.4 Inclusão Automática do Cônjuge ou Companheiro(a) - IAC:** os cônjuges ou companheiros(as) participarão do Seguro de forma automática, com capital correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do respectivo capital básico do segurado principal;

**5.2** A remuneração mensal dos guardas de segurança patrimonial (salário base) varia conforme tabela abaixo:

Quantidade Guarda de Segurança	Remuneração Mensal Unitário Por Guarda
03	R\$ 1.759,60
06	R\$ 1.812,40
06	R\$ 1.866,78
04	R\$ 2.039,87
01	R\$ 2.101,05
01	R\$ 2.295,87

**5.3** Quando a remuneração mensal dos guardas de segurança patrimonial sofrer alteração por força de Acordo Coletivo de Trabalho ou outro motivo, será informado e comprovado pela IMBEL à seguradora o novo valor do

salário junto com a documentação para o pagamento do sinistro.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

**6.1** As indenizações deverão ser pagas pela CONTRATADA, nominalmente ao Segurado ou beneficiário(s), após a entrega do dossiê completo do sinistro na Seguradora pela IMBEL/FE, até 30 (trinta) dias.

**6.2** O pagamento das indenizações deverá ser será efetuado de uma só vez ao(s) beneficiário(s) ou ao próprio segurado.

**6.3** Caso a CONTRATADA venha a efetuar com atraso o pagamento da indenização, o valor devido será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), apurado entre o último índice publicado antes da data da ocorrência do sinistro e aquele divulgado imediatamente antes da data do pagamento da indenização, acrescido de multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do respectivo valor.

## **7 CLÁUSULA SETIMA - LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1** O serviço deverá ser realizada na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL – FE, sito à Pça Marechal Ângelo Mendes de Moraes, S/N - Vila Inhomirim – Magé – RJ - CEP: 25933-590.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA DA APÓLICE**

**8.1** O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante aviso prévio com antecedência de, pelo menos, 90 (noventa) dias.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**9.1** Não será admitida subcontratação e/ou terceirização do objeto licitado.

## **10. CLÁUSULA DECIMA – RESPONSABILIDADE**

**10.1** Fornecer os equipamentos de segurança individual para as operações internas, de acordo com as legislações vigentes e responsabilizar-se pela correta utilização dos mesmos.

## **11. CLÁUSULA DECIME PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:



**Gestão/Unidade:** 168008/INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL/FE

Fontes: xxxxxxxxx

Programa de Trabalho: xxxxxx

Elemento de Despesa:xxxxxx

Pl: xxxxxxxxxxxx

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificada neste Termo de Referência e em sua proposta.

**12.1.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**12.1.3.** Manter o empregado nos horários predeterminados pela IMBEL/FE.

**12.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a IMBEL/FE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à empresa vencedora, o valor correspondente aos danos sofridos.

**12.1.5.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12.1.6.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**12.1.7.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.1.8.** Quanto da emissão da fatura, a IMBEL/FE, deverá:

**12.18.1** O pagamento será efetuado através de ordem bancária, após liquidação da despesa pertinente à da apólice ou do bilhete do seguro junto com o boleto para pagamento correspondente, nos termos da Lei nº 4.320/64, para o seguinte endereço eletrônico “[nfe.fe@imbel.gov.br](mailto:nfe.fe@imbel.gov.br)”.

**12.1.8.2** Para os contratos de seguros o tributo é o IOF, imposto de competência da União Federal (Constituição Federal, art. 153, inc. V). As obrigações acessórias referente a este tributo estão previstas no Regulamento do IOF – RIOF (Decreto nº 6.306/2007), e não estão sujeitas a emissão de nota. O documento obrigatório é a apólice de seguros ou bilhete/boleto, nos termos do art. 758 do Código Civil.

**12.1.8.3.** A nota fiscal deverá ser apresentada devidamente identificada o número da licitação e do Contrato de Fornecimento.

**12.1.8.4.** A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas do INSS e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

## **12.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.2.1** – Quando da emissão da apólice prevista na Clausula 2.4, do termo de referencia deverá constar as obrigações previstas na Clausula Sexta do mesmo termo de Referencia. E não havendo a possibilidade de inclusão supramencionada a Contratada e a Contratante celebrarão um Termo de Contrato , com base nas Clausulas do Edital e Termo de Referencia

**12.2.1** - Descrever , no ato da comunicação do sinistro , a relação de documentos básicos e a se apresentado pelo(s) beneficiário(s) para pagamento do valor estipulado na apolice

**12.2.3** – Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como as necessarias para completa execução do mesmo

**12.2.4** – Poderá acrescer até 25% do total do Contrato do VALOR SEGURADO ao nº de empregados conforme demanda da contratante

**12.2.5** – Respeitar todas as regras, disposições, condições e determinações pertinentes aos serviços a serem prestados

**12.2.6** – Respeitar todas as regras, disposições , condições e determinações pertinentes aos serviços a serem prestados

**12.2.7** – Prestar os serviços dentro dos parametros estabeicidos, em observancia as normas legais e regulanentares aplicaveis

**12.2.8** – Comunicar , por escrito , imediatamente , ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providencias cabiveis, bem como a necessidade de

apresentação por escrito de justificativa para a exigência de documentos não exigidos na relação inicial prevista

**12.2.9** – Verificado pela Administração que a exigência de documentos tem o intuito de protelar o pagamento ao (s) beneficiário(s) , mediante processo administrativo para apresentação do contraditório e ampla defesa, a contratada poderá sofrer penalidade previstas na Clausula Sexta do Termo de Referência.

**12.2.10** – Guardar inteiro sigilo dos serviços Contratados e dos dados processados , bem como de toda e qualquer documentação gerada, recolhendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante

**12.2.11** – Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem previa autorização do Contratante

**12.2.12** – Comunicar a fiscalização contratual, por escrito, com as devidas justificativas qualquer anormalidade de caráter urgente quanto a apresentação de documentos complementares para o pagamento e justificar por escrito a necessidades de apresentação de documentos não previstos no rol daqueles solicitados inicialmente

### **13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**13.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da IMBEL/FE, especialmente designados, na forma dos Arts. 170 a 181 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL.

**13.2.** O representante da IMBEL/FE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**13.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**13.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

**13.5.** O ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.6.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da empresa vencedora que contenha a relação detalhada dos

mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**13.7.** O representante da IMBEL/FE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.8.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Empresa Vencedora ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.9.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

**13.10.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Empresa Vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da IMBEL/FE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Empresa Vencedora que:

**14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.**

**14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.**

**14.1.3. Fraudar na execução do contrato;**

**14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;**

**14.1.5. Cometer fraude fiscal;**

**14.1.6. Não manter a proposta.**

**14.2.** A Empresa Vencedora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**14.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a IMBEL/FE.**

**14.2.2. Multa moratória de 7% (sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.**

**14.2.3. multa compensatória de 25 % (vinte cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;**

**14.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.**

**14.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.**

**14.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.**

**14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III da Lei nº 8.666, de 1993, a Empresa Vencedora que:**

**14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.**

**14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.**

**14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

**14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.**

**14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à IMBEL/FE, observado o princípio da proporcionalidade.**

**14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**



## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO.**

**15.1.** Não será admitida subcontratação e/ou terceirização do objeto licitatório.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA.**

**16.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Empresa Vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PAGAMENTO**

**17.1** - O pagamento será efetuado através de ordem bancária, após a liquidação da despesa, pertinente a da Nota Fiscal correspondente, nos termos da Lei nº 4.320/64;

**17.2** - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006;

**17.3** - Para efeitos de pagamento será realizada consulta ao SICAF, CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), e Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, através do Portal da Transparência (<http://www.transparencia.gov.br>), para aferir a inidoneidade da empresa;

**17.4** – Por se tratar de “Despesa Empenhada” na forma da Lei 4.320/64, não se admite a emissão de DUPLICATA MERCANTIL ou de documento semelhante, portanto, vedada fica a remessa de qualquer boleto a cartório, com vistas ao protesto de Título;


## **18- CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**18.1** - O preço contratado é fixo e irreajustável.

**18.2** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 72 da Lei nº 13.303/2016

## **19. CLÁUSULA DECIMA NONA- MATRIZ DE RISCO**

**19. 1.** Considerando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, segue a matriz de riscos:

MATRIZ DE RISCOS						
PROBABILIDADE	Muito Alta (1)					
	Alta (2)					
	Moderada (3)					
	Baixa (4)					
	Muito Baixa (5)					
		Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Moderado (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
		IMPACTO				

## 19.2. CRITÉRIO PARA ANÁLISE DA PROBABILIDADE:

NÍVEL 01 – Muito Alta: Evento Comum; prestação do serviço no prazo acordado; equipamento entregue com a especificação correta e no endereço certo.

NÍVEL 02 – Alta: Evento Casual; prestação do serviço com atraso mínimo.

NÍVEL 03 – Moderada: Evento Incomum; prestação do serviço fora da especificação, com atraso acentuado e/ou prestado no endereço errado.

NÍVEL 04 – Baixa: Evento Grave, prestação do serviço errada e/ou com falhas, pedido de prorrogação do prazo;

NÍVEL 05 – Muito Baixa: Evento Extraordinário, Desistência por parte do prestador, prestação do serviço não efetuada, falência do fornecedor, prestador não manter as condições de habilitação iniciais do processo licitatório.

## 19.3. CRITÉRIO PARA ANÁLISE DE IMPACTO:

**NÍVEL 01 – Muito Baixo:** Sem Impacto; nenhuma ocorrência de atraso na prestação do serviço, nenhuma ocorrência de atraso na produção, nenhuma ocorrência de gargalo na produção.

**NÍVEL 02 – Baixo:** Impacto Mínimo; atrasos na produção devido à demora na prestação do serviço, mas sem ocorrer atrasos nos cumprimentos de contratos firmados com terceiros;

**NÍVEL 03 – Moderado:** Impacto Médio; Paralisação da produção devido prestação do serviço ter sido feita fora do prazo de entrega e da especificação desejada, prestação do serviço no endereço errado e/ou com atraso acentuado, ocasionando ociosidade e atraso no cumprimento de contratos firmados com terceiros.

**NÍVEL 04 – Alto:** Impacto Grave; paralisação acentuada da produção devido ao produto ter sido prestado errado, fora da especificação ou por motivo de furto/roubo, gerando novo prazo de entrega do produto.

**NÍVEL 05 – Muito Alto:** Impacto Gravíssimo; paralisação total da produção devido a greves, paralisações funcionais, falência do prestador do serviço, compra do produto errado, inadimplemento das obrigações assumidas pela IMBEL/FE com terceiros, possíveis ajuizamentos de processos administrativos/judiciais.

**19.4.** Considerando o objeto deste Termo de Referência e utilizando a tabela apresentada no Item 18.1, pode-se identificar que os Fatores de Risco acima apresentados devem ser classificados como: **NÍVEL DE PROBABILIDADE 3** e **NÍVEL DE IMPACTO 2**, ou seja, evento casual e sem impacto.

## **20. CLÁUSULA VIGESIMA – RESCISÃO**

**20.1.** O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**20.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**20.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**20.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**20.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**20.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**20.4.3.** Indenizações e multas.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES**

**21.1.** É vedado à CONTRATADA:

**21.1.1.** Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

**21.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

**21.1. 3.** É vedada a terceirização e a subcontratação do objeto desse Contrato.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DOS CASOS OMISSOS**

**22.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e Contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**23.1.** Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

**24.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93. bem como no Portal da IMBEL, no prazo previsto na Lei nº 13.303/2016, em seu art. 39.

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA– FORO**

**25.1.** As partes de comum acordo elegem o foro da Justiça Federal de Magé - RJ, para solucionar os litígios que decorrem da execução deste contrato.

**25.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



IMBEL/FE

Nº

Vila Inhomirim (RJ), \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.

Pela Indústria de Material Bélico do Brasil – Filial Fábrica da Estrela.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Chefe da Fábrica da Estrela

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas

Pela Empresa xxxxxxxxxxxxxx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal